

Mistério envolve venda de chácara em Taguatinga

CORREIO BRASILEIRO

10 SET 1996

Rogério Dy La Fuente

Da equipe do Correio

Não importa se ocorrem derrubadas de casas irregulares: onde há terra desocupada, há especulação. No último dia 1º de julho, mais uma chácara de propriedade do Governo do Distrito Federal foi vendida por um grileiro, a um criador de chinchilas (roedores cuja pele é usada para a confecção de casacos).

Ildo Josino de Moura, conhecido em Taguatinga pelo apelido de Meneghetti, vendeu parte do rancho Dona Branca, uma parcela de 23.800 m² da área de 50 mil m², que fica no Núcleo Rural Cana-do Reino (ao lado da Pista Norte da Via Estrutural), para Arnaldo de Oliveira ao preço de R\$ 14 mil. A venda foi feita por cessão de direitos — instrumento pelo qual um possessor delega o direito de ocupar a terra que ainda não é sua a outra pessoa — e registrada no Cartório da CSA 3 em Taguatinga no mesmo dia.

A área vendida fica em uma região nobre da zona rural de Taguatinga, situada a menos de 1,5 km da Via Estrutural, tem água abundante, mas não tem energia elétrica, justamente porque é irregular. No local, que foi recentemente capinado, figura apenas um barracão de madeira, que abriga o caseiro da propriedade, Antônio Porfírio de Oliveira, contratado por Meneghetti. Não há plantação de espécie alguma e nem toda a propriedade está cercada.

MISTÉRIO

A posse da terra está envolta em um mistério, uma morte. Por aproximadamente dois anos, até março passado, o rancho foi ocupado por Erlice Batista do Nascimento, de 44 anos, conhecida pelo apelido de Dona Branca. Lá, ela morava com três filhos em uma casinha de pré-moldados. Na madrugada de 17 de março, Branca foi assassinada com seis tiros: dois na cabeça, dois no peito e dois nas costas. Uma execução sem testemunhas, que até agora não foi desvendada pela polícia do Distrito Federal.

Dois dias depois do assassinato, a terra foi comprada por Ildo Josino de Moura, o Meneghetti, ao preço de R\$ 5 mil. Ele adquiriu a terra, que não tinha título de propriedade, do filho mais velho de Dona Branca, Davidson Batista do Nascimento, de

24 anos. Davidson e as duas irmãs menores Darcneise, 19 anos, e Daycleise, 17, não foram mais vistos. Para que a compra se concretizasse, a ação de um personagem conhecido foi decisiva: o deputado distrital José Edmar (PSDB).

Meneghetti, 48 anos, carteira de identidade número 102550, SSP/RN, é vendedor e conhecido do deputado José Edmar. Tem fama de brigão. “Quero ver agora matarem um homem”, disse o deputado na ocasião, quando pensava que a morte de Dona Branca se devia à disputa de terras. José Edmar justificou sua participação na intermediação da venda de terras por ser amigo de Dona Branca. “A Branca estava naquela posse há uns quatro anos, mas tinha um lote no Recanto das Emas, onde só faltava construir. Os meninos dela não queriam mais ficar lá, tinham medo. Proporcionei a venda da posse para que eles pudessem se mudar para o lote”, contou.

CONFUSÃO

Um dia depois que a compra do sítio foi efetuada, na tarde de 20 de março, às 16h45, fiscais da Terracap, do Siv-Solo e da Administração Regional de Taguatinga chegaram ao rancho, às margens do córrego Cana do Reino. Numa ação rápida, eles queimaram as estacas da cerca e derrubaram o barracão pré-moldado.

O rancho está localizado em uma região de terras da melhor qualidade, tipo roxa. Tem duas nascentes de águas cristalinas e, segundo avaliação de especuladores que compram e vendem terras invadidas em Taguatinga, estava avaliado em R\$ 50 mil.

Os fiscais haviam chegado desde a manhã, mas não entraram na propriedade, já ocupada por Meneghetti. Aproveitaram a saída do grileiro, que foi pedir ajuda ao deputado tucano, e promoveram a ação. José Edmar chegou acompanhado do advogado Ennio Bastos, mas já encontrou tudo derrubado e colocado nos caminhões. Seguiu-se uma discussão que por pouco não acabou em briga.

Chamado às pressas, o pacato administrador regional da cidade na época, José Lima Simões (pastor evangélico, que foi indicado pelo próprio José Edmar), saiu aos tapas com Ennio Bastos, que resolveu defender os direitos de Meneghetti, no-

Ronaldo de Oliveira



A propriedade, localizada numa área nobre da zona rural de Taguatinga, abriga apenas um barracão habitado pelo caseiro

vo “dono” das terras. O resultado foi que, depois de uma conversa com a chegada do deputado ao local, a operação de derrubada foi suspensa. No dia seguinte, Meneghetti já estava reconstruindo a casinha. Pouco tempo depois, o administrador foi exonerado. A fiscalização não retornou mais ao local. A ausência de fiscais soou como o reconhecimento da legalidade da posse. Nenhuma ação foi adotada até hoje pela Terracap, proprietária de fato da terra.

VENDIDO

Meneghetti está desaparecido. O endereço dele, fornecido no documento de venda que está no cartório — QNM 37, Bloco F, casa 44, no Setor M Norte —, não existe. Nem mesmo o caseiro da chácara, Antônio Porfírio, sabe onde ele se encontra. “Ele me deve três meses de salário. Combinei R\$ 150 por mês com ele, que nunca me pagou. Dei meu relógio

Orient e vinte conto (sic) para ele arrumar e o homem caiu no mundo”, afirma o caseiro, que suspeita que Meneghetti tenha ido para o Nordeste e não sabe onde localizá-lo.

O deputado José Edmar afirma também não saber o paradeiro do grileiro. “Ele não é meu amigo, é conhecido. Como político, tenho muitos conhecidos, não posso garantir a idoneidade de todos”, revelou o deputado, que afirmou ter sido notificado pela segunda vez de que as terras já teriam sido vendidas. “Fiscais da Sematec estiveram aqui querendo me multar, porque achavam que eu tinha comprado a terra”, disse.

QUERO PRODUZIR

Ao contrário do que fazem muitas pessoas que compram terras na zona rural de Taguatinga, Arnaldo de Oliveira quer produzir na área e não parcelar o terreno. “Quero criar chinchilas. Hoje, minha criação está

mal-acomodada em um depósito no subsolo de um prédio comercial da Asa Sul. Já procurei a Fundação Zoobotânica para fazer um plano de manejo”, revela.

O comprador das terras sabia da ilegalidade delas. “Consultei a Fundação Zoobotânica, que não me recomendou comprar, mas informou a existência da grande possibilidade de regularização da chácara. Chequei com um advogado sobre o tema e ele me disse que legalmente era um erro, mas reconheceu que o preço era uma pechincha”, contou ele, que acabou posteriormente comprando o restante da chácara por R\$ 49 mil.

“Não vou construir nada aqui até que esteja tudo autorizado. Confio que entendam a minha boa intenção, não pretendo lesar ninguém e sim criar empregos e preservar esta área”, disse ele, que também pretende produzir alfafa, necessária à criação de suas chinchilas.